



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PARTIDO DOS TRABALHADORES  
Gabinete da Liderança



## CARTA AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Sr. Presidente,

Na qualidade de parlamentares legitimamente eleitos, como cidadãos brasileiros, em defesa do Estado democrático de direito e dos valores da democracia, vimos demonstrar nosso inconformismo e indignação com os procedimentos até aqui adotados no processo de julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A ausência de imparcialidade demonstrada pelo juiz de primeira instância Sérgio Fernando Moro alcançou tamanha envergadura que toda a imprensa o trata como antagonista do ex-presidente Lula e como “parceiro” dos membros do Ministério Público Federal, o que se choca com o sistema processual adotado em nosso ordenamento jurídico. Lembrando que um dos procuradores já afirmou publicamente que ele e o juiz Moro são “do mesmo time”.

Por outro lado, a celeridade com que está sendo processada a Apelação nesta Corte, com a data de julgamento sendo marcada antes de outras mais antigas, em uma espécie de “fura fila” processual, assim como declarações feitas de elogios à sentença proferida, e de uma campanha liderada por uma servidora deste Tribunal em redes sociais, pedindo a prisão do ex-presidente Lula, lançam preocupações sobre o caráter do julgamento a ser realizado no próximo dia 24 de janeiro. Deixa antever que, assim como

1



ocorreu na primeira instância, estamos diante de um julgamento de caráter político, não jurídico.

A imparcialidade do juiz é uma das maiores garantias para a realização de justiça, característica essencialmente legitimadora da função estatal jurisdicional. Quando essa garantia deixa de existir, todo o sistema é colocado em risco, sob suspeita.

O caso do ex-presidente Lula e os procedimentos adotados na Operação Lava Jato têm sido motivo de escritos, entrevistas e palestras de renomadíssimos juristas internacionais, como o professor italiano Luigi Ferrajoli<sup>1</sup> e o português JJ. Gomes Canotilho<sup>2</sup>, ambos doutrinadores festejados e sempre citados nos julgamentos das cortes brasileiras. O que demonstra que o Brasil corre o risco, como nação, de se ver completamente desmoralizado internacionalmente caso conclua negativamente ao ex-presidente um julgamento que se evidencia pela ausência total de provas e pela clara prática de *Lawfare*.

A repercussão não é diferente entre os juristas brasileiros. O livro “Comentários a Uma Sentença Anunciada”, escrito por 123 juristas, destrincha todos os pontos da sentença proferida pelo juiz Moro e já foi traduzido para o inglês e espanhol. Foram produzidos, também, dezenas de manifestos assinados por profissionais de todas as carreiras jurídicas que denunciam a seletividade do julgamento e a ausência de elementos para condenação.

<sup>1</sup><https://www.cartacapital.com.br/revista/979/existem-no-brasil-garantias-do-devido-processo-legal>

<sup>2</sup><https://www.conjur.com.br/dl/acordos-delacao-lava-jato-sao.pdf>

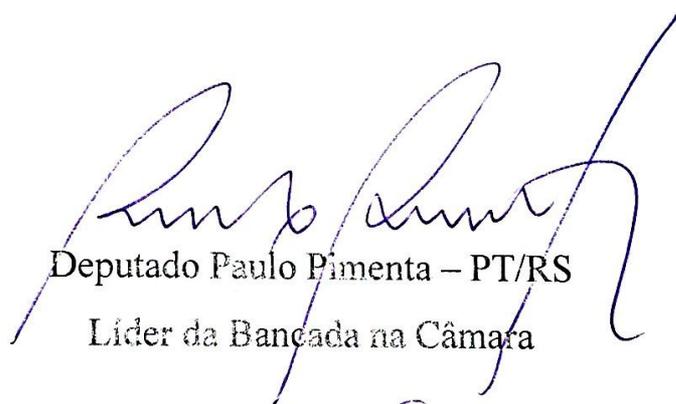


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Gabinete da Liderança



Desse modo, como membros de um dos poderes da República, estamos aqui formalmente para reafirmar o que temos dito nas redes sociais e na imprensa: que sabemos que o ex-presidente Lula é inocente, contra ele não há qualquer prova e ele tem sido vítima de óbvia perseguição da “equipe” de Curitiba, que fez inúmeras manobras jurídicas e, sobretudo, midiáticas, para produzir resultado conhecido previamente.

Por fim, entendemos como essencial a garantia, por parte desta presidência, de que um grupo de parlamentares possa acompanhar o julgamento no dia 24 de janeiro de 2017.



Deputado Paulo Pimenta – PT/RS  
Líder da Bancada na Câmara

Marcos Antonio dos Santos - líder banc. PT/RS  
Vice - Líder  
Wanderley PT/RS  
Dr. Ho. Pi - BS  
Simone PT - RS